

^{publ} Dívida: 47% do PIB

No exercício de uma nova metodologia de amarração das contas do setor público, o Banco Central acaba de fazer uma descoberta aterradora: a dívida interna líquida da União, dos Estados e dos Municípios totaliza, agora, CZ\$ 1,4 trilhão. É a primeira vez que o cruzado é expresso em trilhão. Com três batidas na madeira...

Com a eliminação da dupla contagem até então existente em certos nichos da contabilidade pública o Banco Central facilita os trabalhos de controladoria interna que passam a ser executados pela Secretaria do Tesouro, com Andrea Calabi. Ao mesmo tempo, encaixa o alvo da auditoria popular, agora que o Governo se propõe desenvolver demonstrativos transparentes e atualizados, com publicação trimestral.

Em dólar, unidade líquida aproximadamente de US\$ 105 bilhões, maior que a dívida externa bruta, projetada, este ano, para US\$ 98,9 bilhões.

Na reconstrução dessa conta magna, o Banco Central localizou o exato momento do desgarramento da dívida pública interna do seu patamar histórico ou "ecolado" dos 24% do PIB para o altiplano boliviano dos 47% do PIB. Isso aconteceu a partir de 1982, quando o Governo deixou de contar com a razão suplementar da poupança externa e teve de duplicar a dose da dívida mobiliária, realizada internamente com moeda falsa, vulgo injeção redobrada de títulos públicos sem lastro em produto.

Em relação ao PIB, calibrada em dólar, a dívida interna líquida saltou de 24,4% e 1982 para 40,4% em 1983, para 44,9% em 1984 e para os gloriosos 47,1% na passagem de 1985 para 1986. De certa forma, estamos sentados em um autêntico vulcão em erupção. Agora, menos mal: com o Plano Cruzado, colocamos o dreno da desindexação no serviço da dívida interna, fazendo "sangrar" as lavas do passivo pelo outro lado da montanha mobiliária.

Dívida pública não se paga, rola-se. Essa máxima leviana, que endossou planos faraônicos no vácuo de metas mirabolantes, está sendo devidamente

repensada pela austeridade orçamentária da Seplan. E com sobras de "mão fechada" para os lados dos governadores e dos prefeitos, em plena temporada eleitoral.

27 ABR 1986

A Secretaria do Tesouro vai monitorar os gastos estaduais e municipais dos Governos endividados e perder de vista. A conta magna de CZ\$ 1,4 trilhão agrupa as dívidas da administração direta e das empresas, autarquias e fundações da União, Estados e Municípios. E pela primeira vez deixa de fazer a dupla contagem de crédito/débito nas operações "intra" setor público. Só na chamada contagem movimento, retirada do Banco do Brasil e colocada na Secretaria do Tesouro, temos um emaranhado ciclópico de 3.718 contas federais.

Com o detalhe: o Banco do Brasil perdeu a condição de autoridade monetária, mas prossegue respondendo pelo papel de avalista direto da dívida externa dos Estados e Municípios (o tal de aviso MF-30) e das empresas estatais (pelo aviso GB-588). Quando o Governador ou Prefeito não paga a conta lá fora, o Banco do Brasil é executado no atraso. No dia 14 de março, o Banco do Brasil teve de transferir para os Estados e Municípios um total de CZ\$ 8,7 bilhões, recolocando o caixa da União no vermelho, com déficit, no primeiro mês do cruzado, da ordem de CZ\$ 9,5 bilhões.

A administração do déficit público, no capítulo da dívida mobiliária, passa a viver a capitosa experiência da "monetização", em regime de moeda estável. Os títulos públicos serão gradativamente resgatados em dinheiro vivo ou em papel-moeda. O expediente funde o útil da "monetização" da economia faminta de moeda física com o agradável da esterilização da dívida mobiliária sem o pagamento dos juros nem correção. O processo de remonetização de meio circulante começou em março (a base monetária cresceu de 36%) e deve totalizar, até dezembro, uma injeção adicional de CZ\$ 55 bilhões (mais os CZ\$ 10,2 bilhões do limite autorizado pelo Congresso Nacional).